O papel do Poder Judiciário Brasileiro, frente às Mudanças Climáticas

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Israel Felipe Das Dores
Lais Lucilia Magalhães De Souza
Gil César De Carvalho Lemos Morato
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios do século XXI, afetando ecossistemas e sociedades globalmente. No Brasil, país de rica biodiversidade e grandes desigualdades sociais, os impactos ambientais exigem respostas jurídicas eficazes. O Direito, como instrumento de organização social, tem papel central na formulação de políticas públicas e na promoção da justiça ambiental, que busca distribuir de forma equitativa os efeitos da degradação ambiental, protegendo populações vulneráveis. Este trabalho propõe uma análise crítica sobre como o ordenamento jurídico brasileiro enfrenta os desafios climáticos, destacando avanços legislativos, participação social e o papel do Judiciário. A abordagem visa refletir sobre caminhos para fortalecer a atuação do Direito na construção de um futuro mais sustentável e justo.

Objetivo

Este trabalho visa analisar a litigância climática, que é o uso dos processos judiciais para a promoção da justiça ambiental do Brasil, responsabilizando empresas, instituições e governos por ações ou omissões que possam estar contribuindo para a crise ambiental e climática. Tal atuação exige o cumprimento de Leis e Normas ambientais, bem como estabelece metas de redução de gases de efeito estufa.

Material e Métodos

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental de normas jurídicas nacionais e internacionais, decisões judiciais e tratados ambientais. Foram analisados textos legais como a Constituição Federal, o Acordo de Paris e legislações ambientais brasileiras, buscando compreender a interface entre o direito e as mudanças climáticas. A metodologia inclui análise crítica de doutrina jurídica e relatórios de organismos internacionais, visando identificar como o conceito de justiça ambiental é incorporado nas políticas públicas e decisões judiciais. O estudo também considera casos emblemáticos que evidenciam desigualdades socioambientais, com foco na proteção de populações vulneráveis frente aos impactos climáticos.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciam que o Direito brasileiro possui instrumentos legais relevantes para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Código Florestal. No entanto, a efetividade dessas normas depende da atuação integrada entre Estado, sociedade e Judiciário. A justiça ambiental surge como resposta às desigualdades socioambientais, buscando proteger populações vulneráveis e garantir equidade na distribuição dos riscos e benefícios ambientais. A análise também destaca o crescimento da litigância climática, com ações judiciais que cobram responsabilidade de governos e empresas. Apesar dos avanços, persistem desafios na implementação das políticas públicas e na fiscalização ambiental, exigindo maior compromisso institucional e participação social para a construção de um futuro sustentável e justo.

Conclusão

Conclui-se que o Direito possui papel essencial no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção da justiça ambiental. Apesar dos avanços legais, ainda há desafios na aplicação das normas e na inclusão das populações vulneráveis. É necessário fortalecer a atuação jurídica e institucional para garantir um futuro mais justo e sustentável.

Referências

ALVES, Gabriela F. S. et al. Avanços e desafios em relação ao marco legal do clima no Brasil. Revista de Gestão e Secretariado, v. 16, n. 10, 2025. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5309. Acesso em: 07 out. 2025.

ALVES, Francisca Letícia Torre Trajano. O direito ao meio ambiente e a litigância climática no ordenamento jurídico brasileiro: a pauta verde no Supremo Tribunal Federal. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79164. Acesso em: 07 out. 2025.

ICS – Instituto Clima e Sociedade. Litigância climática nos tribunais brasileiros. Relatório do grupo JUMA (PUC-Rio), 2024. Disponível em: https://climaesociedade.org/litigancia-climatica-nos-tribunais-brasileiros/. Acesso em: 07 out. 2025.

LIMA, Rachel Silva Ataide de. Breves apontamentos sobre a litigância climática no Brasil: desafios e perspectivas. Jus Navigandi, 2022.